



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JACIRA PONTINTA VAZ MONTEIRO

**REGISTROS CONTÁBEIS E ESCRAVATURA NO BRASIL OITOCENTISTA: UMA
ABORDAGEM HISTÓRICA**

**JOÃO PESSOA
2021**

JACIRA PONTINTA VAZ MONTEIRO

**REGISTROS CONTÁBEIS E ESCRAVATURA NO BRASIL OITOCENTISTA: UMA
ABORDAGEM HISTÓRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao
Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Dra. Victoria Puntriano Zuniga de
Melo.

Coorientadora: Dra. Valdineide dos Santos Araujo

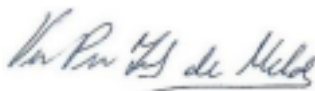
**JOÃO PESSOA
2021**

JACIRA PONTINTA VAZ MONTEIRO

**REGISTROS CONTÁBEIS E ESCRAVATURA NO
BRASIL OITOCENTISTA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA



Presidente(a): Profa. Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo.
Instituição: UFPB



Membro: Profa. Dra. Karla Katiuscia Nóbrega de Almeida
Instituição: UFPB



Membro: Prof. Dr. Sinuê Neckel Miguel
Instituição: UEPB

João Pessoa, 01 de dezembro de 2021.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M775r Monteiro, Jacira Pontinta Vaz.

Registros Contábeis e escravatura no Brasil oitocentista: uma abordagem histórica / Jacira PontintaVaz Monteiro. - João Pessoa, 2021. 54 f.

Orientação: Victoria Puntriano Zuniga de Melo. Coorientação: Valdineide dos Santos Araujo.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Contabilidade. 2. Escravidão. 3. Brasil Oitocentista. I. Melo, Victoria Puntriano Zuniga de.
II. Araujo, Valdineide dos Santos. III. Título.

UFPB/CCS

CDU 657

Elaborado por KATIANE DA CUNHA SOUZA - CRB-15/353

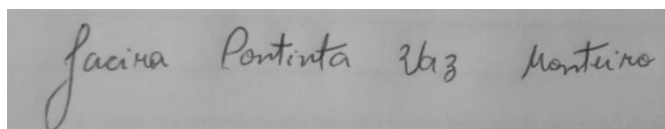
DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA

Eu, Jacira Pontinta Vaz Monteiro, matrícula n.º 20170130275, autor(a) do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado REGISTROS CONTÁBEIS E ESCRAVATURA NO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA orientada pela professora Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo, e coorientada pela professora Dra. Valdineide dos Santos Araújo, como parte das avaliações do Curso de Ciências Contábeis no período letivo 2021.1 e requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel(a), declaro que o trabalho em referência é de minha total autoria, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte, além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho, obedecendo aos padrões nacionais para referências diretas e indiretas, ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho. Afirmo que em hipótese alguma representa plágio de material disponível em qualquer meio, e declaro, estar ciente das penalidades previstas nos artigos 184 e 298 do Decreto-Lei n.º 2.848/1940 – Código Penal Brasileiro, como também declaro não infringir nenhum dispositivo da Lei n.º 9.610/98 – Lei dos Direitos Autorais.

Assim, se houver qualquer trecho do texto em questão que configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais, assumo total responsabilidade, ficando a Instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, ou pela veracidade e originalidade desta obra, cabendo ao corpo docente responsável pela sua avaliação não aceitá-lo como Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no Curso de Ciências Contábeis, e, por conseguinte, considerar-me reprovado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Por ser verdade, firmo a presente.

João Pessoa, 25 de novembro de 2021.

A rectangular box containing a handwritten signature in dark ink. The signature is written in a cursive style and reads "Jacira Pontinta Vaz Monteiro".

Assinatura do(a) discente

Dedico este trabalho aos meus pais (Daniel Vaz Monteiro e Jaquilina Pontinta Cá Monteiro), por todo o esforço, a dedicação e o apoio em cada momento de minha vida. Dedico também aos meus avós (Pontinta Cá e Duanim Té) por sempre me incentivarem aos estudos, essa vitória é deles também.

“Depois disso olhei, e diante de mim estava uma grande multidão que ninguém podia contar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, de pé, diante do trono e do Cordeiro...”
Apocalipse 7:9, Bíblia Sagrada

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Daniel Vaz Monteiro e Jaquilina Pontinta Cá Monteiro, por toda dedicação, abnegação e comprometimento em me ensinar os caminhos onde eu devo caminhar.

À professora Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo que prontamente aceitou me orientar nessa monografia, e pacientemente me ajudou na construção de todo o documento, do início ao fim.

Ao Deus Yaweh, o Todo Poderoso, que me capacitou, ajudou e inspirou no ato da escrita deste trabalho. Agradeço a Deus também pela saúde que me deu, tanto mental, quanto física, o que viabilizou o término do trabalho. Escrevi esse trabalho no meio da pandemia da COVID-19. Deixo aqui minhas mais sinceras condolências pelas mais de 600.000 famílias que perderam seus entes para essa praga.

Aos meus antepassados, Duanim Té e Pontinta Cá (meus avós), e mais ainda aos meus antepassados que foram forçados a virem ao Brasil para trabalharem de forma compulsória. Nossa história não pode ser esquecida. Uma história de lutas, mas também de criatividade, força e resiliência. Negro é lindo! Essa monografia aqui é nossa.

RESUMO

A presente monografia tem por propósito apresentar a contabilização dos escravizados com foco na atividade do tráfico negreiro e também da contabilização dos compradores de escravos, a partir das análises dos registros e dos inventários da época do Brasil oitocentista. Com uma abordagem histórica, a partir da análise de documentos primários, coletado no Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), e secundários, jornais da época da escravidão. Com base na análise realizada das fontes documentais, desde o tráfico negreiro até a compra dos escravizados pelos senhores das fazendas, os escravizados eram registrados contabilmente como uma propriedade para gerar riquezas. Com os registros contábeis pesquisados compreendeu-se que o tratamento dado aos escravizados era semelhante à forma como se tratavam as mercadorias e os animais, o que indica a desumanização e objetificação dos seres humanos (escravizados) durante o período da escravidão.

Palavras-chave: Contabilidade; Escravidão; Brasil Oitocentista.

ABSTRACT

The purpose of this monograph is to present the accounting of the enslaved with a focus on the activity of the slave trade and also the accounting of slave buyers, based on the analysis of records and the inventories from the time of nineteenth-century Brazil. With a historical approach, from the analysis of primary documents, collected at the Historical and Geographical Institute of Pernambuco (IAHGP), and secondary documents, newspapers from the period of slavery. Based on the analysis of documentary sources, from the slave trade to the purchase of those enslaved by the lords of the plantations, the enslaved were recorded in the accounts as property to generate wealth. With the researched accounting records, it was understood that the treatment given to the enslaved was similar to the way in which goods and animals were treated, which indicates the dehumanization and objectification of human beings (enslaved) during the period of slavery.

Keywords: Accounting; Slavery; 19th-century Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Ilustração dos navios de navegação, na London News.....	24
Figura 2: Pintura "Negros no fundo do porão".....	25
Figura 3: Navios negreiros [1850].....	26
Figura 4: Registros descritivos dos escravizados.....	27
Figura 5: Escravizados encaixotados junto à outras mercadorias.....	36
Figura 6: Tratamento dos escravizados.....	36
Figura 7: Doação de Escravo(1832).....	37
Figura 8: Certidão de matrícula de escravos – 1877.....	39
Figura 9: Anúncio de venda de escravos.....	43
Figura 10: Livro de Escrituração Contábil (IAHGP-1878-1884).....	44
Figura 11: Registro contábil de compra de escravos	45
Figura 12: Livro de registro de entrada de escravos de Bento da Gama.....	48
Figura 13: Demonstração Contábil de Bento da Gama.....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados do tráfico dos escravos (1514 – 1866).....	23
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IAHGP	Instituto arqueológico histórico e geográfico pernambucano
IBRACON	Instituto de Auditores Independentes do Brasil
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO.....	15
1.2	OBJETIVOS	15
1.2.1	Objetivo geral	15
1.2.2	Objetivos específicos	15
1.3	JUSTIFICATIVA	15
2	REVISÃO DE LITERATURA	19
2.1	REGISTROS DO TRÁFICO (INVENTÁRIOS).....	22
2.2	CONTABILIZAÇÃO DOS SENHORES DE ESCRAVOS.....	28
2.3	ESTUDOS ANTERIORES	30
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	32
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	33
3.3	ANÁLISE DE DADOS.....	33
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	35
4.1	A CONTABILIZAÇÃO DO TRÁFICO NEGREIRO.....	35
4.2	ANÁLISE DOS REGISTROS CONTÁBEIS DOS COMPRADORES DE ESCRAVO.....	43
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

Este estudo trata do período da escravidão brasileira (1535-1888) e de como a Contabilidade foi aplicada a este contexto. Ou seja, como a contabilidade foi utilizada pelos senhores das fazendas para contabilizar os escravizados. O interesse da pesquisa está no aspecto econômico do período da escravidão e como a conjuntura e o legado da época da escravatura ainda impactam a atualidade. Se fará uma apresentação de como a concepção de aspectos contábeis foram utilizados na atividade da escravatura.

E por que a escravidão foi uma das maiores tragédias humanitárias? No que consiste o processo de escravização de um ser humano? Segundo Agostinho Malheiros, a escravidão seria a “exclusão dos escravos da comunhão política, dos cargos públicos, do exercício de qualquer direito de semelhante ordem, de qualquer participação da soberania nacional e do poder público”. (MALHEIROS, 1866, p. 12)

Seres humanos foram retirados a força de seu continente, o africano, e foram trazidos para um local desconhecido para eles a fim de serem utilizados em um trabalho forçado em um processo de retirada do exercício de cidadania de um indivíduo. Por mais de três séculos e meio, africanos foram trazidos ao Brasil afim de serem escravizados. E esta atividade de trazê-los para a sociedade brasileira, com fins exploratórios, era chamada de tráfico negreiro (GOMES, 2019).

Explicando-se melhor o funcionamento do tráfico negreiro, era um comércio bem organizado, com vendedores, compradores e fornecedores de serviços (GOMES, 2019, p. 226). O tráfico negreiro certamente alimentava as ambições dos investidores desta atividade. As questões éticas e morais, com relação à atividade de traficar pessoas inocentes, não era o centro da questão já que a rentabilidade se tornou o fim último da atividade.

A contabilidade foi instrumentalizada, no período da escravidão, para registrar estes “investimentos”, os escravizados. Contudo, antes mesmo do período de escravidão, a Contabilidade foi utilizada desde os primórdios da sociedade humana. A contabilidade tem relação direta com a propriedade e os registros desta a partir de mecanismos de controle. (SANTOS; SMITH; MACHADO, 2005). Desta forma, o homem primitivo já se utilizava da contabilidade, de forma rudimentar, para mensurar e aferir as suas riquezas, que seriam os instrumentos de caça, os rebanhos e etc.

(IBRACON, 2007).

Com o passar dos tempos, a Contabilidade foi se aprimorando e com as mudanças da sociedade, foram exigidos registros mais precisos e confiáveis que dessem segurança aos investidores em suas aplicações (IBRACON, 2007). No contexto da sociedade brasileira, Bugarim *et al* (2013, p. 5) dizem que “A história da Contabilidade no Brasil começa lentamente seguindo o ritmo das primeiras sociedades civilizadas brasileiras fundadas pelos portugueses alguns anos após o descobrimento”.

A contabilização das riquezas da escravidão era importante para o território brasileiro. Esses registros demonstravam o patrimônio, as riquezas, da coroa portuguesa. Portanto, entender como se deu a concepção e utilização de aspectos contábeis, nos registros dos investimentos dos traficantes e compradores de escravos, no período da escravidão, é o contributo desta pesquisa de cunho historiográfico.

Em filmes que exibem o período da escravidão há demonstração de como os registros eram importantes para os escravizados. À título de exemplo, o filme “Django Livre” (2012) conta a história de um escravo liberto que viaja com um caçador de recompensa afim de conseguir resgatar a sua esposa que permaneceu escrava. A cena que chama a atenção é de quando o Django se desespera por obter a carta de libertação da esposa, que estava em posse do senhor de escravos dela. O registro era o modo oficial de se provar que o escravo de fato estava liberto e sem ele, era como se o fato não houvesse se concretizado.

Outro filme de época de escravatura é o “Harriet” (2019) que fala da biografia da abolicionista americana Harriet Tubman. Harriet nasceu escrava e fugiu de seu senhor. Depois se tornou libertadora dos escravos, e fez 19 missões em que resgatou cerca de 300 escravizados. O que chama a atenção é quando ela é liberta e vai às casas onde se dava o documento de alforria. O registro era bastante importante para que ela mostrasse que agora era uma negra livre, e assim poder transitar abertamente pelas ruas. Foi nesta ocasião que ela pôde mudar seu nome de Araminta para Harriet.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

É com estes acontecimentos vistos na seção anterior que se questiona: **Como eram realizados os registros contábeis dos escravizados no período do Brasil oitocentista?**

1.2 OBJETIVOS

Nessa seção serão apresentados os objetivos de pesquisa. No objetivo geral, haverá o foco principal da maneira com que se buscará obter informações e dados para trazer luz ao problema de pesquisa. Nos objetivos específicos, o passo-a-passo para a concretização do objetivo geral será descrito.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar os registros comerciais do tráfico negreiro e dos registros de compradores de escravos no período no período do Brasil oitocentista.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Examinar o tráfico negreiro a partir dos registros das viagens dos navios negreiros;
- b) Estudar os registros descritivos dos compradores de escravos (senhores da fazenda);

1.2 JUSTIFICATIVA

A história da escravidão é uma verdadeira ferida na história da humanidade. Isto porque, pessoas foram trazidas de forma forçada a um outro país para serem maltratadas, violentadas e oprimidas ao trabalho forçado. De forma particular, a escravidão se deu na sociedade brasileira por tempos mais extensos que todas as outras colônias de escravização dos tempos modernos (BRUM, 1998, p.145) e os impactos da época da escravatura para as desigualdades sociais e econômicas atuais, da sociedade brasileira, fazem parte do cenário contemporâneo. E a maneira como a ideologia racista foi entrelaçada à escravidão também é digno de nota, de

modo a se compreender o legado da escravidão e sua estrutura nos períodos atuais, já que os negros permanecem sendo discriminados e sofrendo racismo, como resultado da construção da ideologia racista dos séculos passados (MONTEIRO, 2021).

Reconhecer o período da escravidão é imprescindível para se compreender as relações presentes do sistema de funcionamento da estrutura da sociedade brasileira. Como disse o historiador e jornalista Laurentino Gomes, "Se você quiser entender o Brasil em uma dimensão mais profunda, precisa estudar a escravidão. Tudo que fomos no passado, o que somos hoje e que nós gostaríamos de ser no futuro tem a ver com a escravidão"¹, disse em uma entrevista ao jornal El País (GOMES, 2019, n.p.). As composições atuais da sociedade brasileira se referem à forma como os fatos históricos ocorreram no Brasil, e nesse ínterim, o período da escravatura no Brasil compõe um marco de grande importância.

A Organização das Nações Unidas marcou o dia 23 de agosto como o Dia Internacional em Memória do Tráfico de Escravos e sua Abolição². O objetivo deste dia é fazer lembrar o período da escravidão afim de que os erros passados sejam desconstruídos e não venham a ser repetidos. Nas palavras da chefe da UNESCO, "a lucidez é o requisito fundamental para a reconciliação da memória e o combate a todas as formas análogas à escravidão atuais, que continuam afetando milhões de pessoas, especialmente mulheres e crianças" (ONU NEWS, 2020, n.p.). Logo, visitar o passado é bom para que se entenda o presente.

A justificativa do método historiográfico nesta pesquisa se dá com o fim de que se observe as relações do passado para se entender o presente. Há um "permanente contato entre passado e presente em pesquisas de cunho histórico." (PIERANTI, 2008, p. 3). Por exemplo, pode-se observar como as relações da escravatura influenciaram na ideologia racista entendendo-se a pessoa negra como feita para a servidão e também como alguém desprovida de inteligência. Considerando-se, portanto, que na história, enquanto ciência, há uma contextualização das formações das estruturas da sociedade (PIERANTI, 2008).

¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/19/politica/1574203693_074968.html. Acesso em 24 nov, 2020.

² Disponível em:

<https://news.un.org/pt/story/2020/08/1723872#:~:text=Este%2023%20de%20agosto%20%C3%A9,da%20desumaniza%C3%A7%C3%A3o%E2%80%9D%2C%20em%201791>. Acesso em 12 de mar, 2021.

No período da escravidão as propriedades e riquezas dos escravagistas eram também os escravizados. Logo, a contabilidade servia para os registros e controle dessas riquezas. “O escravo, conforme definição do direito, era um bem semovente - aquele que anda ou se move por si - que juridicamente, se aplica àqueles animais que são uma propriedade.” (Ordem dos Contabilistas Certificados, p. 2).

No contexto brasileiro também temos problemas, pois, a pesquisa da contabilidade dos escravos é igualmente pouco explorada (SILVA, 2014). Assim posto, esta pesquisa tem um caráter de propor o debate a respeito deste assunto, a Contabilidade dos escravos. Para se compreender esse período, faz-se necessário uma cronologia histórica da profissão contábil. Isto é, uma breve exposição da teoria da contabilidade, da história contábil.

Como dito anteriormente, a contabilidade sempre existiu, já que o ser humano teve necessidade de controlar as suas riquezas. Contudo, a contabilidade existia, nas origens das civilizações, com aspectos rudimentares.

A contabilidade data dos primórdios das civilizações, estando, assim, atrelada ao próprio desenvolvimento da humanidade, avançando em determinadas épocas e estagnando em outras, portanto bastante ligada às necessidades humanas, fato este que impede a ciência de equalizar fórmulas e sim desenvolver adaptações em que se enquadrem oportunamente as situações. (SILVA *et al*, 2015, p. 2)

A necessidade de se controlar as posses já existia desde os tempos primitivos, como dito anteriormente, e o processo evolutivo contábil se deu conforme das necessidades da sociedade. “A origem da Contabilidade está ligada a necessidade de registros do comércio.” (MEDEIROS *et al*, 2016, p. 2). A comercialização de um bem exige a análise e o controle dos investimentos e das entradas e saídas de caixa. Os registros contábeis demonstravam as análises estáticas e dinâmicas, nas palavras de Silva e Assis (2015), do patrimônio de algum proprietário interessado em controlar os seus empreendimentos.

Contribui ainda, para o melhor entendimento, as autoras Silva e Mercial (2019), quando dizem que “[...] as técnicas de registros se desenvolviam à medida que eram necessários controlar bens e propriedades advindas das comercializações”. Ou seja, a contabilidade era (e é) uma importante ferramenta para entendimento da real situação financeira dos empreendimentos.

O escravo era visto como um ativo inventariado, uma propriedade, uma riqueza

e não como um ser humano. O fato de haver a contabilização dos escravos, tanto durante o tráfico negreiro quanto pelos compradores de escravos, pelo fato de serem tratados como mercadoria, é que há a percepção da objetificação de pessoas (SILVA, 2014). Os escravizados não eram tratados como gente, como humanos, mas como um meio (um objeto) para um fim (produção de riquezas). Havia um propósito econômico bem estabelecido a partir da utilização de seres humanos – os escravizados – para este fim.

O interesse da autora neste tema se dá pelo fato ser negra e africana naturalizada brasileira com anseios de compreender a escravidão no Brasil também no aspecto contábil (registros, demonstrações contábeis) e como esse período ainda reverbera na sociedade contemporânea.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Eldon Hendriksen e Michael Breda dizem que “Em síntese, a contabilidade não é um exercício mecânico ou um conjunto de regras que poderiam ser aplicadas por um computador. No máximo, trata-se de uma ciência social. Alguns diriam que ainda é uma arte.” (HENDRIKSEN; BREDA, 2018, p. 85). Para corroborar com Hendriksen e Breda, Sérgio de Iudicibus no seu livro sobre a Teoria da Contabilidade (2021) diz que a contabilidade procura satisfazer as necessidades da realidade, ou seja, é uma ciência social que se aplica à realidade. Ainda segundo Iudicibus, “O objetivo básico da Contabilidade, portanto, pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais” (IUCIBUS, 2021, p. 6).

Portanto, é partindo deste entendimento da funcionalidade da contabilidade, que se pode compreender melhor como que no período da escravidão no Brasil (1535-1888), a Contabilidade foi manuseada, adaptada, para a gestão das riquezas dos traficantes/comerciantes e também dos compradores de escravos. Abaixo uma citação que explica melhor o contexto da contabilidade na época da escravidão:

“.. o uso da contabilidade em contextos opressores, percebe-se a contabilidade a desempenhar o papel de uma potente arma da política social, capaz de afetar a vida humana. Portanto, ao contrário do que normalmente se acredita, a contabilidade é mais do que uma insignificante ferramenta burocrática.” (SILVA, 2014, p. 3).

A Contabilidade é uma ciência que se molda à realidade e necessidade da sociedade, deste modo, no período da escravidão, a ciência contábil foi utilizada com um papel específico de contabilização dos escravizados, o que possibilitou a objetificação de seres humanos.

Num contexto global, os estudos e produções de conhecimento sobre a temática da gestão do período de escravidão não é tão volumoso. Na verdade,

A pesquisa sobre o sistema escravista, seus resíduos e suas formas contemporâneas contribui fundamentalmente para os estudos de gestão e organização... No entanto, esse tema tem sido negligenciado na pesquisa em gestão, sendo geralmente considerado o lado negro da gestão e das organizações resultando no fenômeno flagrante conhecido como a “negação de escravidão em estudos de gestão (ARAÚJO *et al*, 2020, p. 4).

A questão econômica deve ser examinada pois a escravidão era o comércio preponderante. Brum (1998, p. 148) disse que a rentabilidade média do Tráfico negreiro chegou a 20% e essa rentabilidade era a maior do mundo. Ou seja, em determinados períodos em que esta rentabilidade ficou maior inclusive que a comercialização de café, que rendia no máximo 15%. Portanto, a escravização de pessoas era rentável e abolição da escravidão modificaria e abalaria diretamente a riqueza nacional.

A contabilização das riquezas dos escravocratas era uma atividade indispensável para que houvesse a mensuração das riquezas de suas propriedades. Deste modo se dá a justificativa da Contabilidade como um importante trabalho no período da escravidão. Acontece que, "grande parte da história da contabilidade, especialmente a história anterior ao desenvolvimento de uma profissão contabilística, é caracterizada pelo compêndio da prática da contabilidade e da manutenção dos registros que serviam de apoio à gestão da propriedade." (SILVA, 2014, p. 4).

Voltando-se à história contábil, percebe-se que "O seu desenvolvimento acompanha a evolução da civilização, cujo crescimento e progresso da humanidade faz com que se torne cada vez mais eficiente e fiel a que se propõe." Martins (2001, p. 1) no seu Isto é, de acordo com as evoluções e novas demandas das civilizações, a contabilidade também se aprimorou afim de servir às necessidades das inovações comerciais.

Os autores Reis e Silva (2015) retratam sobre a história e evolução da contabilidade na realidade dos acontecimentos do solo brasileiro. No Brasil, os registros que se tem a respeito de uma formalização da contabilidade se dão no período colonial. "Em 1492, é descoberta a América e, em 1500, o Brasil, o que representava um enorme potencial de riquezas para alguns países europeus" (MEDEIROS *et al*, 2016, p. 6). Neste período que se tem os primeiros registros a respeito da contabilidade, em solo brasileiro.

O primeiro contador, Gaspar Lamego, foi nomeado em 1549 pela coroa portuguesa, Contador Geral das terras do Brasil (Reis e Silva, 2015). A exploração do tráfico negreiro exigiu que a coroa portuguesa tivesse um método de controle de suas posses. Inicialmente, com a vinda da coroa portuguesa ao Brasil, a contabilidade estava relacionada mais a aspectos financeiros-fiscais.

No Brasil, a vinda da Família Real Portuguesa incrementou a atividade

colonial, exigindo – devido ao aumento dos gastos públicos e também da renda nos Estados – um melhor aparato fiscal. Para tanto, constituiu-se o Erário Régio ou o Tesouro Nacional e Público, juntamente com o Banco do Brasil (1808). As Tesourarias de Fazenda nas províncias eram compostas de um inspetor, um contador e um procurador fiscal, responsáveis por toda a arrecadação, distribuição e administração financeira e fiscal (SILVA et al, 2016 apud MEDEIROS et al, 2016, p. 10)

No período colonial, onde a maior fonte de renda era o tráfico negreiro, a família real viu-se na necessidade de administrar melhor as suas posses. Os lucros eram apurados com bastante cuidado. Com a vinda da família real ao Brasil, houve uma adequação da contabilidade às necessidades fiscais da coroa também, o que auxiliou para o aprimoramento da Ciência Contábil, segundo as necessidades da colônia. Necessidades estas que incluíam controle fiscal, controle dos impostos, atividades de tráfico negreiro e também a necessidade de controle, de cunho financeiro, das receitas que a coroa portuguesa recebia.

Na nossa história conhecida, o período colonial foi marcado pelas práticas exploratórias do colonizador, cujos controles contábeis se prestavam a verificar o lucro das expedições, sendo um período de pouca evolução contábil.

No Brasil Império, com a chegada da família real, apesar do continuísmo nas explorações, houve avanço significativo da Contabilidade principalmente no governo de D. Pedro II, influenciado por intelectuais franceses, que muito contribuíram para a evolução dos conhecimentos contábeis. (SILVA et al, 2015, p10).

Pelo fato de a contabilidade ser aplicada à sociedade, ela foi utilizada também pelos abolicionistas para provar que o trabalho escravo era pior para a economia. A autora Adriana Rodrigues explica que a “contabilidade tentou alinhar os objetivos dos senhores com a saúde e a segurança dos escravos, a fim de conservar a vida e preservar o valor do inventário.” (RODRIGUES, 2012, p. 6). Isto é, os abolicionistas falaram das condições precárias dos escravizados que possibilitava assim uma perda e valor dos “inventários” (os próprios escravos), prejudicando assim a economia, pois a vida útil do escravizado era diminuída. A defesa era que no trabalho assalariado as pessoas poderiam servir melhor e mais, ou seja, a defesa também era econômica.

Em sequência do liberalismo e das ideias iluministas que imperavam na Europa e ao considerar que a escravidão contrariava profundamente o desenvolvimento da indústria, e a produção da riqueza pública e privada (Malheiro, 1866), a política britânica, no início do século XIX passa a combater a escravidão (Fausto, 1996). As fortes influências da Grã-Bretanha para a

extinção do tráfico internacional foram grandes propulsoras à discussão sobre a proibição do desembarque de escravos no Brasil. Como medida abrandatória a essa pressão internacional, o governo brasileiro, em 7 de novembro de 1831, promulgou a Lei Feijó. Esta lei considerava livre todos os escravos que desembarcassem em território ou portos brasileiros e que não estivessem dentro das exceções expressas nos seus parágrafos 1º e 2º. Contudo, a situação econômica do Brasil não foi favorável para a devida e correta aplicação da Lei Feijó, o que fez com que o tráfico de escravos no Brasil continuasse por meio da ilegalidade. Considerando o pouco sucesso da Lei Feijó, a mesma é conhecida na história como uma norma criada para falsear uma intenção abolicionista no Brasil e servir apenas como uma “lei para inglês ver” (Lima, 2005). (LIRA, 2018, p. 2,3)

A abolição da escravatura não foi conquistada rapidamente, leis, como expostas na citação anterior, foram criadas gradualmente nessa transição do trabalho escravo para o assalariado. Neste ínterim de acontecimentos está o objeto do nosso estudo que é a contabilidade dos escravos, especialmente no contexto nordestino do Brasil. Ou seja, como estas pessoas foram objetificadas na forma de mercadorias e colocadas como bens, anexados aos estoques dos traficantes e compradores de escravos. É sobre isso que se trata esta monografia.

2.1 REGISTROS DO TRÁFICO (INVENTÁRIOS)

Ao se chegar em África, o capitão do navio negreiro era responsável pela compra dos escravos na costa africana (GOMES, 2019). Nesse processo de compra, tudo era registrado, afim de que os estoques e as riquezas fossem bem contabilizados e também como forma de prestação de contas para com os investidores, os fazendeiros compradores de escravos, da atividade de tráfico de escravos. O tráfico negreiro deveria ser (e era) bem estruturado, de modo a que os seus investidores pudessem ter confiança de retorno financeiro.

Sobre a composição orgânica do tráfico negreiro, o jornalista Laurentino Gomes diz que:

Um complexo e requintado sistema de crédito alimentava o negócio nos dois lados do Atlântico e financiava cada etapa do tráfico, incluindo a construção ou aluguel de navios, a compra e a manutenção dos estoques de mercadorias usadas na aquisição de cativos, a subsistência deles enquanto aguardavam o embarque nos portos africanos e durante a travessia do Atlântico. Havia apólices de seguro que cobriam eventuais perdas por morte, naufrágio ou danos nas embarcações e em seus equipamentos. Na África, as linhas de crédito eram conhecidas como ‘adiantamento’ (GOMES, 2019, p. 229).

Note a estrutura bem organizada da atividade escravocrata. A construção de materiais para armazenamento dos escravos, os alimentos para os tripulantes, apólices de seguro para viagens... Ou seja, se não houvesse uma boa contabilização de despesas, o traficante-investidor poderia pôr a perder o seu negócio.

O banco de dados *Slave Voyages* é um memorial online do período da escravidão, com um extenso número de dados anexados para lembrança da época escravagista. No próprio site, na página inicial, eles se identificam, dizendo:

Este memorial digital levanta questões sobre o maior comércio de escravos da história e oferece acesso à documentação disponível para respondê-las. Os colonizadores europeus se voltaram para a África em busca de trabalhadores escravos para construir as cidades e extrair os recursos das Américas. Eles forçaram milhões de africanos a cruzarem o Atlântico para as Américas e de uma parte das Américas para outra. Analise esses negócios de escravos e visualize mapas interativos, linhas do tempo e animações para ver a dispersão em ação. (Banco de dados online '*Slave Voyages*', 2021, n.p.)

No *Slave Voyages*, há bastante recursos e materiais que ajudam na compreensão de como seres humanos foram trazidos para serem submetidos à trabalhos forçados. Alguns documentos e imagens disponibilizados por esse banco de dados serão apresentados a seguir para fins de demonstração do *modus operandis* do negócio dos investidores em escravos.

Tabela 1: Dados do tráfico dos escravos (1514 – 1866)

Descrição	Total de escravos	Total de viagens	Média	Desvio padrão
<i>Slaves embarked IMP</i>	10,666,347	34,480	309.3	154,8
<i>Slaves disembarked IMP</i>	9,203,722	34,185	269.2	137,3
<i>Percentage of slaves embarked who died during voyage</i>		6,480	12,2%	14,9%
<i>Length of Middle Passage (in days)</i>		7,315	60,4%	33,1
<i>Percentage male</i>		3,941	64,5%	12,2%
<i>Percentage children</i>		4,205	21,5%	16,6%
<i>Tonnage of vessel</i>		17,670	157,8	113,8

Fonte: SLAVE VOYAGES (2021) Disponível em: <https://slavevoyages.org/voyage/database#statistics>

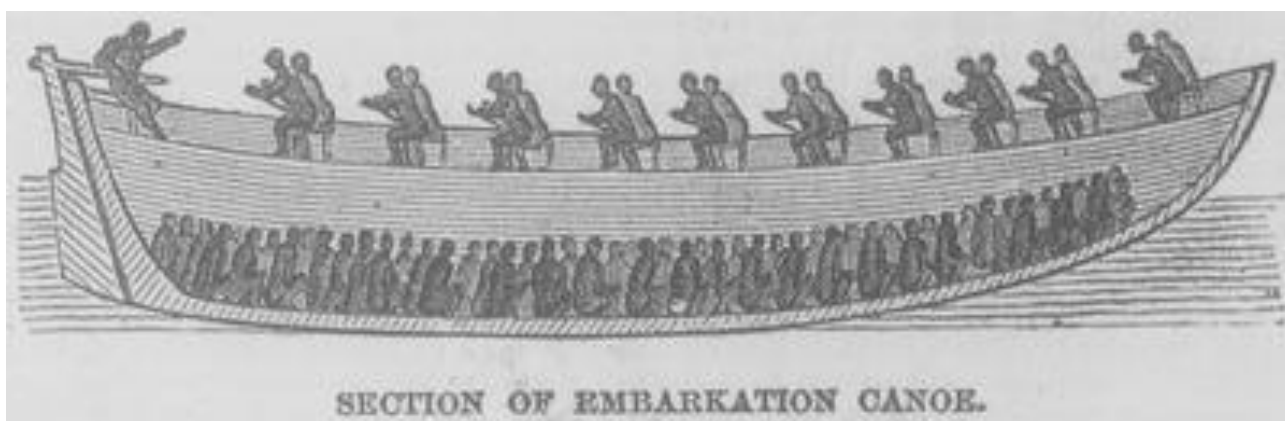
Observa-se na tabela 1, que a quantidade total dos escravos embarcados às Americas, dos totais de viagens feitas no período entre 1514 à 1866 foi de 10.666.347. Destes, os escravizados que desembarcaram (não morreram durante o traslado) no destino foi de 9.203.722. Os dados com relação a morte dos escravizados tinha uma

porcentagem considerável, com média de 12,2%. As mortes decoriam de diversas razões, inclusive as condições difíceis da tripulação. E numa perspectiva de investimento, na perspectiva contábil-financeira, essas mortes representavam perda de ativo, ou seja menos retorno do capital investido.

Os dados da *Slave Voyages* destaca o percentual de crianças escravizadas, de 21,5% em média. As crianças escravizadas eram chamadas de “escravinhas” e quando na fazenda dos seus senhores, trabalhavam como adultos. “[...] provavelmente essas crianças foram ensinadas desde cedo a dividirem tarefas com adultos, fosse no criatório, nos serviços de terra ou nas atividades relacionadas ao interior doméstico.” (PEIXOTO, 2005, p.137-138).

Para se ter melhor dimensão de como se davam as navegações dos navios negreiros, abaixo segue algumas imagens com explicações.

Figura 1: Ilustração dos navios de navegação



Fonte: London News (1849, p. 237), <https://slavevoyages.org/resources/images/category/Vessels/2>

A figura 1 demonstra como eram os navios de navegação em que os escravizados eram embarcados. E “Segundo o *The Illustrated London News*, durante a década de 1840, em Serra Leoa, essas canoas podiam transportar 200 escravos em seu fundo.” (*Slave Voyages*, 2021, n.p.).

Quanto ao tratamento dos escravizados, chama atenção o local onde os escravizados eram postos, no fundo do navio (como está na imagem 1), sem muito espaço e com pouca higienização, pouca luz e ainda acorrentados. E o espaço reduzido entre os escravizados lembra a forma como se encaixotam as mercadorias, todas juntas e em fileiras, sem maiores assistências.

Na figura 2 a seguir observam-se as condições de transporte dos escravizados, em um retrato de dentro de um porão de um navio, no qual os escravizados estão acorrentados, inclusive crianças.

Figura 2: Pintura "Negros no fundo do porão"



Fonte: "Nègres a fond de calle" (1820),
<http://www.slaveryimages.org/s/slaveryimages/item/2557>

O tráfico de escravizados perdurou inclusive na época da abolição do tráfico de escravos (1831-1888) quando havia uma fiscalização da marinha inglesa, abolicionista, dos contrabandos dos escravizados. A marinha inglesa também fazia o controle dos escravizados libertos por meio de registros contábeis. Na figura 3 se encontra a escolta da marinha inglesa (à esquerda) indo ao encontro do navio "Martha"

Figura 3: Navios negreiros - 1850



Fonte: Foote (1854, p. 286.)

(<https://slavevoyages.org/resources/images/category/Vessels/>)

Destas escoltas de fiscalização e abolições também advinham registros de libertação de escravos, a partir da listagem – com características da pessoa – para melhor controle das operações. Tanto para que os escravizados adentrassem nos navios para serem escravizados (investidores no tráfico do escravo) ou para serem libertos (marinha inglesa), havia registros, com o fim de controle.

Na ocasião da abolição da escravatura, também havia registros dos escravizados que estavam sendo soltos. A importância dos registros contábeis, dos registros documentais, nessa época, era bastante notável. Abaixo, para conhecimento, a imagem de um registro contábil descritivo de escravizados libertos:

Archives. O navio "foi capturada no mar por cruzadores britânicos e julgada em um tribunal estabelecido em Serra Leoa sob tratados internacionais anti-comércio de escravos." (*SLAVE VOYAGES, 2021 ,n.p.*) Ainda se explica a necessidade dos documentos descritivos, segundo a Slave Voyages, "A imagem é de uma foto da primeira página do registro do tribunal de "" Africanos Libertados "" tirada do "" NS de Caridad "". O registro era mantido como uma prova formal de emancipação que ajudava a proteger o indivíduo de subsequente reescravidão." *SLAVE VOYAGES, 2021, n.p.*)

2.2 CONTABILIZAÇÃO DOS SENHORES DE ESCRAVOS

Os senhores de escravos tinham um controle de suas posses e nesse patrimônio também se encontravam os escravizados. É nesse processo que se pode perceber a objetificação dos escravizados, já que eram classificados nos livros contábeis como posse, como riqueza. Lemos, Curado e Machado (2019) demonstram que os escravizados eram chamados de "peças".

Como afirma Thornton, "Os europeus confiavam que suas habilidades marítimas lhes dariam vantagens militares, resultando em lucros e talvez conquistas." (p. 41). O tráfico negreiro era um importante comércio marítimo por onde era obtido os lucros (THORNTON, 2004).

No contexto brasileiro, o tráfico negreiro foi de importante contribuição para a riqueza da coroa. Como disse o jornalista Laurentino Gomes, "O Brasil foi o maior território escravista do hemisfério ocidental por quase três séculos e meio. Recebeu sozinho, quase 5 milhões de africanos cativos, 40% do total de 12,5 milhões embarcados para a América." (GOMES, 2019, p. 24). O que sabemos é que os mercadores desses escravos se utilizaram do longo período de escravidão para obterem lucros neste mercado. Contudo, era uma atividade comercial arriscada aos investidores. Como dito anteriormente, as navegações para os escravizados não eram feitas em boas condições higiênicas, causando, inclusive, uma média de 12,2% de morte de escravizados (Tabela 1).

O maior risco da atividade escravagista seria que a "mercadoria" poderia vir danificada ou nem chegar, "Para uma profícua consecução dos negócios era importante que o escravo estivesse em bom estado, caso contrário, a concretização

da venda poderia se arrastar por dias quiçá meses, corroendo a margem de lucro dos comerciantes” (RIBEIRO, 2012, p. 6). Logo, “...os comerciantes e os senhores de escravos se preocupavam com a qualidade do estado de sua peça, apesar de não haver muitos cuidados com o ‘material’. Alguns escravizados morriam em completa inanição” (LEMOS *et al*, 2019, p. 9).

É desta maneira que no período da abolição da escravatura, também foram utilizados de métodos contábeis para se demonstrar que a depreciação (termo contábil em referência à perda do valor do bem) estava muito alto, já que não havia um tratamento humanizado, ou seja, o ciclo de vida dos escravizados era reduzido dado os maus tratos e falta de nutrição adequada (SILVA, 2012). Essa justificativa foi uma das utilizadas para a construção de que o trabalho livre e humanizado seria mais vantajoso, economicamente falando.

Havia todos os componentes da linguagem contábil, dos registros da viagem, desde o tráfico dos escravos até o destino. A depreciação do escravo também ocorria (LEMOS *et al*, 2019), justamente por causa do desgaste dos escravizados. Quando os escravos envelheciam ou adoeciam e haveria um grande custo econômico ao senhor dos escravos,

[...] muitos escravos eram alforriados, numa falsa humanidade de seus senhores, que, na verdade, queriam baratear seus gastos e relegavam seus escravos à mais completa penúria. Na visão contábil e tributária, quando este proprietário se desfazia da “peça”, o mesmo emitia uma baixa para daí, desvencilhar do imposto e com isso ter mais economia, diante da política tributária colonial. (LEMOS *et al*, 2019, p.9).

Além da depreciação ocorria também a tributação dos escravos. Logo, havia interesse dos senhores dos escravos para a redução da carga tributária de suas mercadorias. Primeiro que os custos gerais para trazer os escravizados eram bastante altos, 40% da arrecadação bruta de venda - o que atraía a atenção da coroa portuguesa (RIBEIRO, 2012, LEMOS *et al*, 2019).

Escravo idoso, doente ou debilitado significava mais despesas para o negociante. Estes gastos eram debitados do montante bruto das vendas, diminuindo assim a margem de lucro. Se o infortúnio se fizesse presente, como a morte de um escravo, o saldo diminuía ainda mais, pois entravam na contabilidade as despesas referentes ao enterro, muitas vezes antecedidas pelos custos dos medicamentos. (RIBEIRO, 2012, p. 7).

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Nesse tópico serão abordos os estudos que já foram feitos com respeito à temática da contabilidade no período da escravidão. Os artigos buscam trazer luz ao debate de como a contabilidade foi realizada na escravidão brasileira. Alguns estudos ainda se aprofundam sobre a desumanização dos escravos, quando de sua objetificação nos registros contábeis.

Os autores Silva e Assis (2015) têm por foco pesquisar sobre contabilidade na sociedade brasileira. Na seção intitulada “Brasil Colônia (1500 – 1808)” do artigo de Silva e Assis (2015), os autores discorrem das primeiras explorações dos portugueses até a instalação deles aqui no Brasil, fazendo das terras brasileiras uma colônia. Os autores ao explicarem acerca das explorações dos portugueses às riquezas brasileiras, indicam que havia uma necessidade de controle dos patrimônios. Em se tratando das navegações portuguesas de exploração do solo africano, deveriam ser bem registradas para que uma gestão mais acurada dos recursos financeiros ocorresse.

Ainda Silva e Assis (2015) também reconhecem que no período da colonização não houve muito avanço na evolução da ciência contábil já que havia apenas a necessidade de registrar e verificar os lucros do tráfico negreiro.

Silva e Mercial (2019) no artigo reforçam as informações que Silva e Assis mencionaram em seu artigo quando discorrem rapidamente sobre a história da contabilidade. Os autores tratam desde as sociedades primitivas até a atualidade, passando pelo período colonial no qual constam os primeiros registros contábeis, em virtude dos controles das navegações dos colonizadores portugueses.

A autora de quem mais se encontra artigos explorando a contabilidade no período da escravidão é Adriana Silva. Em outro artigo, além dos já mencionados anteriormente, a autora discorre sobre a contabilidade no período imperial, mas agora com foco no período abolicionista, demonstrando como a contabilidade foi utilizada pelos abolicionistas para expor que o trabalho assalariado era melhor que a escravidão, bem como as condições sub-humanas dos escravizados eram prejudiciais aos negócios dos senhores dos escravos. (SILVA, 2012).

Ainda a mesma autora em pesquisou em demonstrativos e anúncios da época da escravatura, como os escravos eram tidos por propriedade pelo senhor de

escravos, portanto, objetificados. Esta pesquisa foi realizada, junto ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e na Fundação Biblioteca Nacional. No estudo explora o contexto social, político, econômico e a instrumentalidade da contabilidade no período imperial. (SILVA, 2014).

Os autores Lemos, Curado e Machado (2020), descrevem sobre a contabilidade fiscal, de modo mais específico, no período da escravidão. Os autores demonstram que havia tributação relacionada aos escravos, já que eram tidos como “peças”, mercadoria. Logo, do tráfico negreiro, a coroa portuguesa tinha uma preocupação que todos os tributos fossem pagos pelos investidores do tráfico de escravos.

Lemos, Curado e Machado (2020) trazem uma pesquisa específica do município de Goiás, trazendo documentos de época. Os autores explicaram como era a avaliação da monetização dos escravos, que dependia de idade, força física e habilidades de trabalho, também foi demonstrado a relação com a forma como os escravos eram tratados tal qual o tratamento dado aos animais. Esse aspecto de desumanização e exploração dos escravos demonstra o caráter cruel da escravidão, como disse o autor Samir, “A escravidão não degradou apenas os negros, mas toda a nação...” (SAYED, 2021, p. 6).

Ainda Lemos, Curado e Machado (2020) apresentam a depreciação dos escravizados. O período útil dos escravizados era de 12 anos, por conta das condições impostas e quando havia a libertação de um escravo, se dava baixa nos estoques, para não mais haver obrigações tributárias.

O Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiros em seu livro de 1866, uma obra primária, fez uma análise social-jurídica do tratamento do escravo na época da escravidão. Segundo Agostinho, o escravo era tratado como mercadoria e não tinha direitos jurídicos e direitos sociais. Era propriedade de seu senhor e devia-lhe total submissão, sem medidas protetivas por força de lei. Esta obra do Agostinho é de suma importância já que se trata de um estudo de primeira mão, o Dr. Agostinho estava presente na época da escravidão.

Portanto, a partir desses estudos, pode-se compreender como era realizada a contabilidade no período de escravidão, especificamente no Brasil. Se observa também a importância da contabilidade tanto para os senhores de escravos, que controlavam suas posses, como para a coroa portuguesa, com fins fiscais.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia apresentada tem por natureza um trabalho científico com fins descritivos da contabilidade no período da escravidão. O objetivo foi explorar os inventários do período da escravidão brasileira oitocentista e mais especificamente encontrou-se documentos no período de 1699-1884, com o fim de se observar como os escravizados eram registrados contabilmente no estado de Pernambuco.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O método de pesquisa quanto a abordagem do problema é o qualitativo, com coleta eletrônica de referências bibliográficas e documentais. Há de se analisar alguns dados do período da escravidão com o fim de se compreender o formato de uso da Contabilidade nesta época.

Com relação às estratégias de pesquisa, a pesquisa é histórica, com o uso da análise documental para um estudo exploratório. Conceitualmente, “Um dos objetivos da investigação histórica é lançar luzes sobre o passado para que este possa clarear o presente, inclusive fazer perceber algumas questões futuras.” (PADILHA; BORENSTEIN, 2005, pg. 3). Logo, os documentos utilizados são os relatórios e registros da contabilidade na época da escravidão, fontes do passado, além de documentos de comunicação da época, como jornais, para entendimento da forma de contabilização desta época de colonização.

Da pesquisa apropria-se da nova história, que é a análise crítica dos registros históricos (CURADO, 2001). O que remete a interpretação de sentidos dados pelos atores da época, neste caso, os profissionais contábeis, criando explicações a partir das suas visões do contexto da época.

O estudo exploratório, por sua vez, tem por objetivo “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” (TRIPODI, FELLIN & MEYER, 1975, p. 40). Reforça-se que essa pesquisa não tem um fim em si mesma, e levando-se em conta a escassez de produção na temática da contabilidade no período da escravidão, incentiva-se novas produções a respeito do tema.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Por tratar-se de uma pesquisa historiográfica do século XIX, foi utilizada análise documental para o estudo exploratório, utilizando-se de fontes primárias e secundárias. Devido à pandemia da Covid 19, houveram limitações para a coleta presencial das informações, por isso a adaptação à maioria das informações obtidas da pesquisa online. A coleta das informações foi em sites eletrônicos, sendo a principal fonte de coleta a *Slave Voyages*.

Houve também visitas de forma presencial, quando da redução do contágio da pandemia da COVID 19 e assim abertura de alguns locais, como ao Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), encontrando-se demonstrativos dos senhores dos escravos e ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), encontrando-se jornais da época da escravatura, realizadas no início do mês de outubro de 2021.

No IAHGP para manuseio dos registros de época, as pesquisadoras, a autora da pesquisa e a sua orientadora Victoria Puntriano e a bolsista do projeto “Metodologias Contemporâneas em Contabilidade – Contemp” tiveram de usar luvas e terem cuidados maiores com as páginas dos documentos históricos datando de 1699-1884. Nos livros de escrituração se encontravam os nomes e as características dos escravizados. Os senhores de escravos tinham de ir ao cartório quando da entrada ou saída de um escravizado a fim de registrar o controle de suas mercadorias.

Houve dificuldade de interpretação dos documentos, pois a forma de escrita e de linguagem daquela época é diferente da atualidade. Dificuldade sanada parcialmente com a ajuda do profissional do museu do IAHGP que ajudou as pesquisadoras na interpretação dos documentos de coleta.

3.3 ANÁLISE DE DADOS

Esta pesquisa qualitativa teve por análise de dados da seguinte maneira:

A análise dos dados oriundos deste *corpus* da pesquisa foi realizada a partir das narrativas encontradas nos registros cartoriais, dos registros contábeis, demonstrações contábeis e jornais. O que permitiu refletir acerca do fenômeno investigado, e da relação com a revisão de literatura e resultados de outras pesquisas.

Com relação aos objetivos específicos dessa análise de dados, examinou-se o tráfico negreiro, a partir da análise dos registros contábeis dos navios negreiros, bem como foram examinados os registros contábeis dos compradores de escravos, a partir da observação dos registros dos senhores de fazenda, enfatizando como e onde os escravizados eram colocados nas demonstrações de seus compradores.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

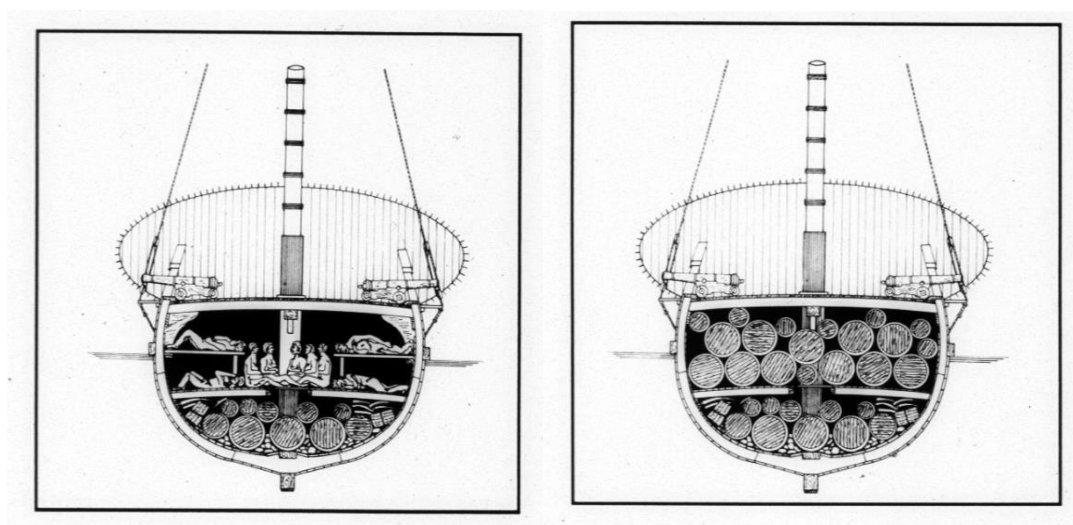
Nesta seção haverá uma exposição dos elementos de pesquisa encontrados no Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) da época da escravidão que auxiliará no entendimento de como ocorria a contabilização no período da escravidão.

4.1 A CONTABILIZAÇÃO DO TRÁFICO NEGREIRO

No exame dos registros de época de transação escravagista percebeu-se a objetificação dos escravos e os tratamentos deles como mercadoria. O processo tinha início no ato da captura, os escravizados eram acorrentados, e como dito anteriormente nos navios negreiros não havia maiores cuidados para com eles. A condição de humanidade desses escravizados era esvaziada (SILVA, 2012).

Percebe-se na figura 5 abaixo, que na embarcação na qual os escravizados eram transportados também eram colocadas outras mercadorias indicando a visão da época que estaria implícita nesta forma de organização dos navios como “mercadoria”, de forma encaixotada e subhumanizada, com a qual os escravizados eram jogados nos navios negreiros, como Ribeiro (2012) e Lemos *et al* (2019) apontaram nos seus estudos sobre a objetificação desses escravizados.

Figura 5: Escravizados encaixotados junto à outras mercadorias



Fonte: SLAVERY IMAGES (1699-1700, n.p),
<http://www.slaveryimages.org/s/slaveryimages/item/2615>

Figura 6: Tratamento dos escravizados



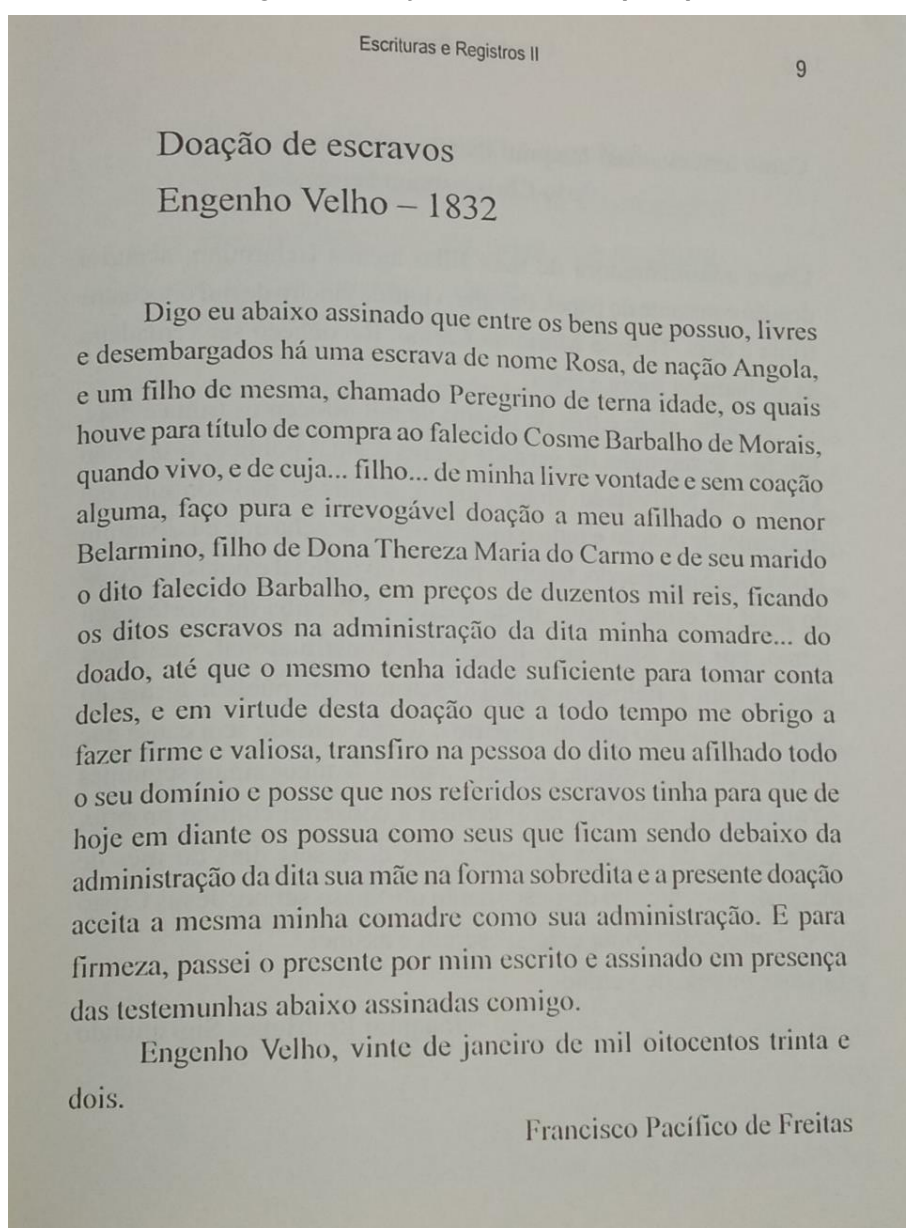
Fonte: Slave Images A coffle (1873, n.p).

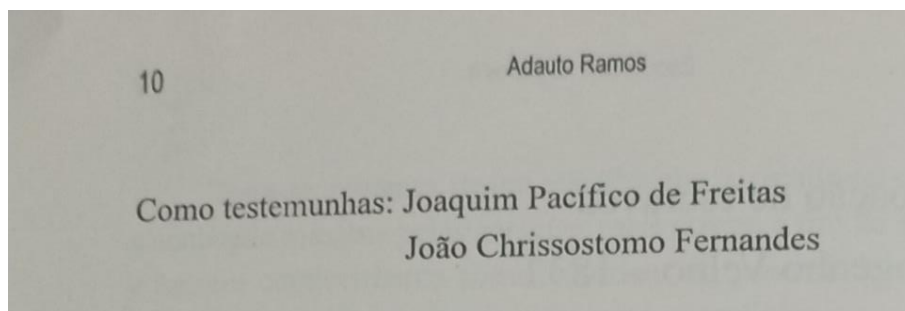
Já na figura 6 há a captura de escravizados e eles estão acorrentados, de modo a serem controlados. Os escravos eram comercializados livremente, como propriedade de seus senhores, de seus donos. Esta forma de tratamento demonstra

de forma mais consistente todo o conceito de objetificação a que os escravizados eram submetidos. Os autores Lemos, Curado e Machado (2020) demonstram como que no período da escravização, os escravizados eram tratados como objetos.

Como antes dito, os escravos eram mercadorias, eram os ativos, os bens, dos seus senhores. Portanto, havia escrituração de chegada, de saída, de doação, de empréstimo, etc. Para melhor visualização, segue um exemplo de uma escrituração de um senhor de escravos que estava fazendo uma doação de escravo (1832):

Figura 7: Doação de escravos (1832)





Fonte: Ramos (2013, p. 9-10)

O senhor, o dono do escravo, tem de se identificar e demonstrar que é de livre escolha que está doando o seu bem, o escravizado. Além de que deveria haver testemunhas da doação. Um processo burocrático de doação de objetos e bens que foi transcrito pelo autor de um livro de registro cartorial na figura 6, demonstrando os aspectos legais ao doar a escravizada e seu filho para seu afilhado que por ser menor de idade, ficam a cargo da comadre, assemelhados a doação de bens no tempo contemporâneo.

Abaixo imagens de certidão de matrícula de escravos (figura 7). Todos os escravos deveriam ser registrados com as características descritivas deles. Como disseram as autoras Bruna e Drielly, “O comercio de escravo exigia um controle contábil bastante apurado que iam de valores, quantidades, taxas, sejam dos próprios navios, sejam das cargas, humanas e materiais.” (SILVA, MERICIAL, 2019, p. 9).

Figura 8: Certidão de matrícula de escravos - 1877

Certidão – Matrícula de escravos – 1877

Certifico em vista do despacho retro que Dona Maria Clara de Vasconcelos Seixas, viúva do Capitão Francisco Bernardo de Seixas Machado, não tem escravos algum matriculado na matrícula especial deste município, em seu nome, mas sim o falecido marido da suplicante, capitão Francisco Bernardo de Seixas Machado, cuja matrícula é do teor seguinte:

Número de ordem da relação, quinhentos trinta e dois; nome do Senhor Francisco Bernardo de Seixas Machado, residência desta capital; números de ordem da matrícula geral do município, dois mil novecentos e nove; nas relações apresentadas, em data da matrícula, treze de janeiro de mil oitocentos setenta e três; nomes dos escravos:

Ludugério, sexo masculino, cor preta, idade cinquenta e cinco anos, estado casado, filiação desconhecida aptidão para o trabalho, boa; profissão agricultura, dois mil novecentos e dez, dois a mesma data.

Albano, masculino preto, cinquenta e quatro anos, solteiro, desconhecida, boa, agricultura, dois mil novecentos e onze, três, idem.

Patrício, masculino, preto quarenta e seis anos, solteiro, desconhecida, boa, agricultura, dois mil novecentos e doze, quatro, idem.

Samuel, masculino, preta, trinta e seis anos, solteiro, desconhecida, boa, agricultura, dois mil novecentos e treze, cinco, idem.

Mariana, feminino, preta, setenta anos, solteira, desconhecida, pouca, agricultura, dois mil novecentos e quatorze, seis, idem.

Cordulina, feminino, preta, cinquenta anos, viúva, desconhecida, boa, agricultura, dois mil novecentos e quinze, sete, idem.

Cristina, feminino, preta, vinte nove anos, solteira, Cordulina, boa, agricultura, dois mil novecentos e dezesseis, oito, idem.

Nicácia, feminino, preta vinte cinco anos, solteira. Cordulina, boa, agricultura, dois mil novecentos e dezessete, nove, idem.

Basílio, masculino, preta vinte oito anos, solteiro, Cordulina, boa, agricultura, dois mil novecentos e dezoito, dez, idem.

Eutíquio, masculino, preta, vinte três anos, Cordulina, boa, agricultura, dois mil novecentos e dezenove, onze, idem.

Romeu, masculino, preta, vinte anos, solteiro, Cordulina, boa, agricultura, dois mil novecentos e vinte, doze.

Rozendo, masculino, preta, quatorze anos, solteiro, Cristina, boa, agricultura, dois mil novecentos vinte um, treze, idem.

Maria, feminino, preta, treze anos, solteira, Cristina, boa, agricultura, dois mil novecentos vinte e dois, quatorze, idem.

Felipa, feminino, onze anos, solteira, Cristina, boa, agricultura, digo, serviços domésticos; dois mil novecentos vinte três, quinze, idem.

Delfino, masculino, preta, nove anos, solteiro, Cristina, boa, serviços domésticos, dois mil novecentos vinte quatro, dezesseis, idem.

Sulficio, masculino, preta, vinte um anos, solteira, desconhecida, boa, agricultura, dois mil novecentos vinte e cinco, dezessete, idem.
Catharina, feminino, preta, vinte quatro anos, solteira, desconhecida, boa, agricultura, dois mil novecentos vinte seis, dezoito, idem.
Tauriana, feminino, preta, vinte três anos, solteira, desconhecida, boa, agricultura, dois mil novecentos vinte sete, dezenove, idem.
Severa, feminino, preta, dezesseis anos, solteira, desconhecida, boa, agricultura, dois mil novecentos vinte oito, vinte, idem.
Victória, feminino, idem, quatorze anos, solteira, desconhecida, boa, agricultura, dois mil novecentos vinte nove, vinte um, idem.
Colecta, feminino, preta, vinte e um anos, solteira, Cordulina, boa, agricultura dois mil novecentos e trinta, vinte e dois, idem.
Porfirio, masculino, poeta, vinte e nove anos, solteiro, Cordulina, boa, agricultura, dois mil novecentos trinta e um, vinte três, idem.
Silvano, masculino, preta, vinte dois anos, solteiro, Cordulina, boa, agricultura, dois mil novecentos trinta e dois, vinte quatro, idem.
Manoel, masculino, preta, dezesseis anos, solteiro, Cordulina, boa, agricultura. Observação feita na matrícula na mesma data acima, assinada pelo matriculante Francisco Bernardo de Seixas Machado. Os escravos de número um a cinco se acham embargados pela extinta casa de V.P. Maia e Companhia e pertencem à mãe do matriculante, dona Maria Joaquina de Seixas; de número seis a vinte e um pertencem a sua irmã Dona Joaquina Alexandrina de Seixas, e todos se acham sob sua administração. Certifico mais que por morte do Barão de Maraú tocara... no inventário do finado marido do

suplicante Francisco Bernardo de Seixas Machado os seguintes escravos, a saber:

Sabina, preta, de quatro anos de idade, filha de Alexandrina, matriculada sob os números mil quatrocentos quarenta e seis da matrícula geral do município, e vinte nove da relação apresentada e assinada pelo finado Barão de Maraú, em vinte nove de agosto de mil oitocentos e setenta e dois;

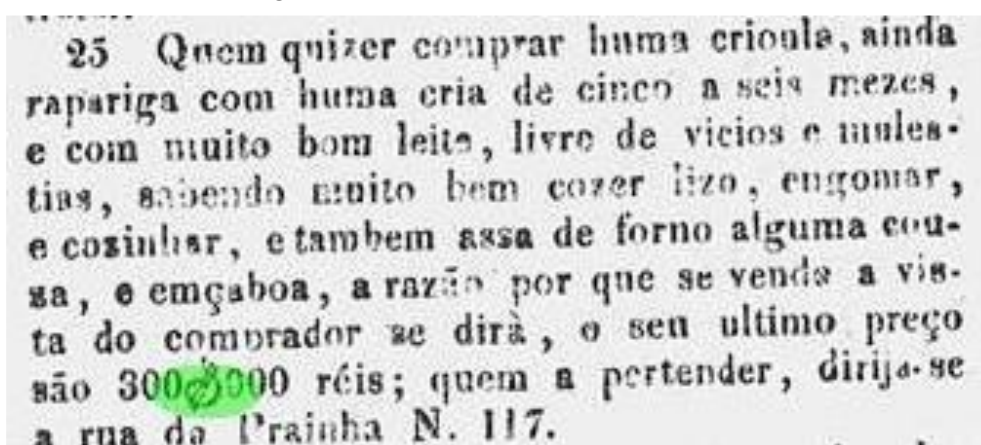
Felipa, preta, de vinte cinco anos de idade solteira de filiação ignorada, de nenhuma aptidão para trabalho, profissão agricultura, matriculada sob os números mil quatrocentos e cinquenta da matrícula geral, e trinta e três da relação apresentada na mesma data cima pelo mencionado Barão de Maraú.

Benvinda, preta, de oito anos de idade, de filiação ignorada, de nenhuma aptidão para trabalho, sem profissão, matriculada sob os números mil quatrocentos sessenta e três, da matrícula geral, e quarenta e seis da relação apresentada pelo mesmo Barão, como declarou em treze de setembro de mil oitocentos setenta e três, o próprio marido de suplicante o finado Francisco Bernardo de Seixas Machado, sendo que a escrava número mil quatrocentos e cinquenta, de nome Felipa, faleceu a vinte sete de janeiro de mil oitocentos setenta e cinco, como declarou também o mencionado marido da suplicante em vinte de abril do referido ano.

E para constar se passou a presente certidão na Alfândega da Paraíba, em três de fevereiro de mil oitocentos setenta e sete, a qual deve

Observando-se a transcrição dos registros dos escravizados (figura 8) percebe-se um detalhamento das “mercadorias” e também um registro de entradas e saídas. Todos esses detalhes das entradas dos escravizados eram necessários para o levantamento das demonstrações financeiras que eram feitas afim de se controlar as despesas dos escravos. Como Ribeiro (2012, p. 6) menciona que “O gasto com as despesas era elevado...”. Portanto, o controle das despesas dos escravizados era tarefa importante aos comerciantes.

Figura 9: Anúncio de venda de escravos



Fonte: SILVA (2014, p. 6).

Na figura 9, observa-se o anúncio de venda, Silva (2014) pesquisou como a contabilidade estava presente na determinação do preço de venda da propriedade, o escravizado, exposto nos anúncios dos jornais da época.

Portanto, como mostrado nessa seção e em partes anteriores desta pesquisa, os escravos eram vendidos, comprados, emprestados, doados... Caracterizando-os como objetos. Por isso, no tráfico negreiro, não haviam maiores cuidados para com eles. Como os autores Lemos, Curado e Machado (2020) disseram, os escravizados eram tratados como “peças”, como mercadoria.

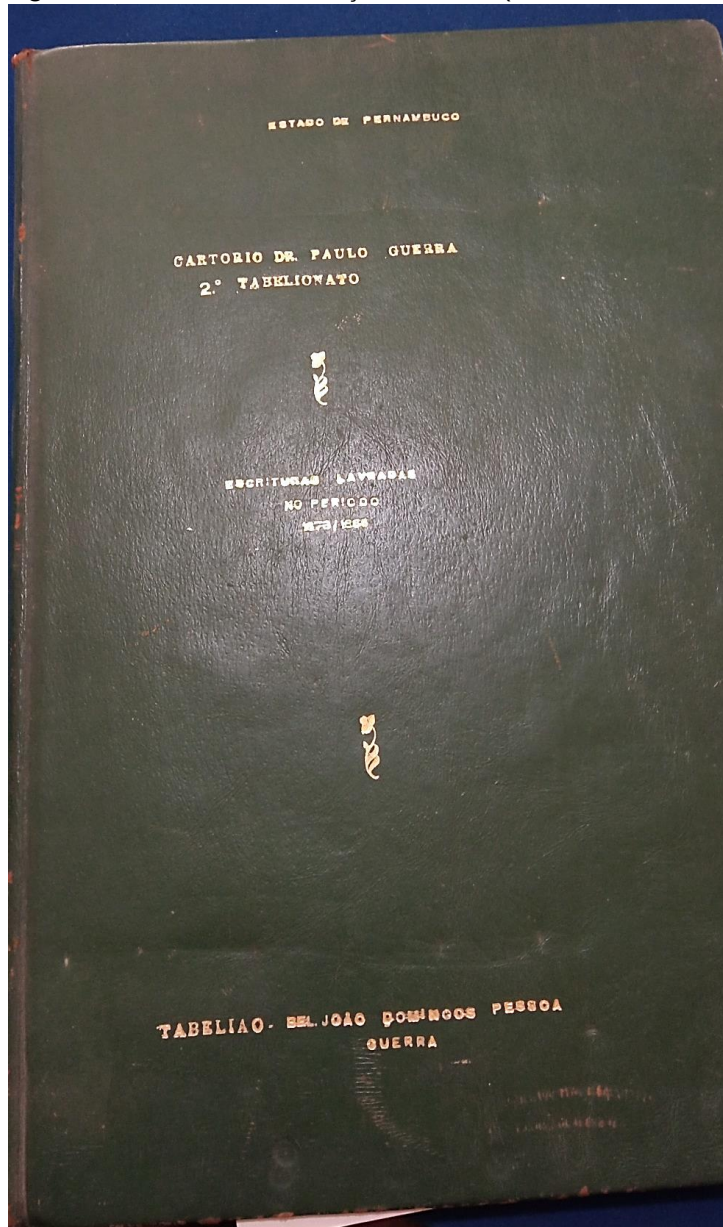
4.2 ANÁLISE DOS REGISTROS CONTÁBEIS DOS COMPRADORES DE ESCRAVOS

O IAHGP mantém um acervo com dados e registros dos períodos da escravatura de Pernambuco, que foi um dos principais locais de porto de importação

de escravizados. Segue alguns registros dos compradores dos escravizados.

Na figura 10, encontra-se um livro de escrituração registrado no cartório Dr. Paulo Guerra do 2º tabelionato no Estado de Pernambuco, no qual os escravizados eram registrados como bens, e são contados nos seus registros para a comercialização, nos anos de 1878-1884.

Figura 10: Livro de Escrituração Contábil (IAHGP-1878-1884)



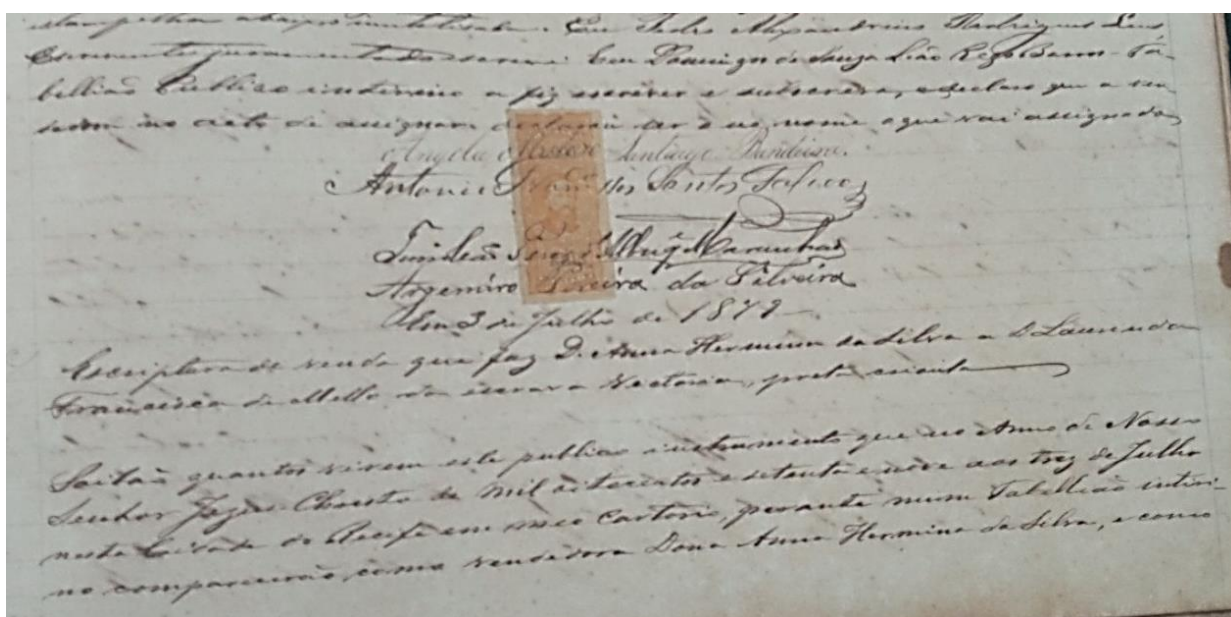
Fonte: Fotografia capturada pela autora (2021)

“Visto como uma mercadoria, o escravo foi tratado na documentação contábilística.” (OCC, 202?, n.p). Para os registros dos escravizados, os investidores

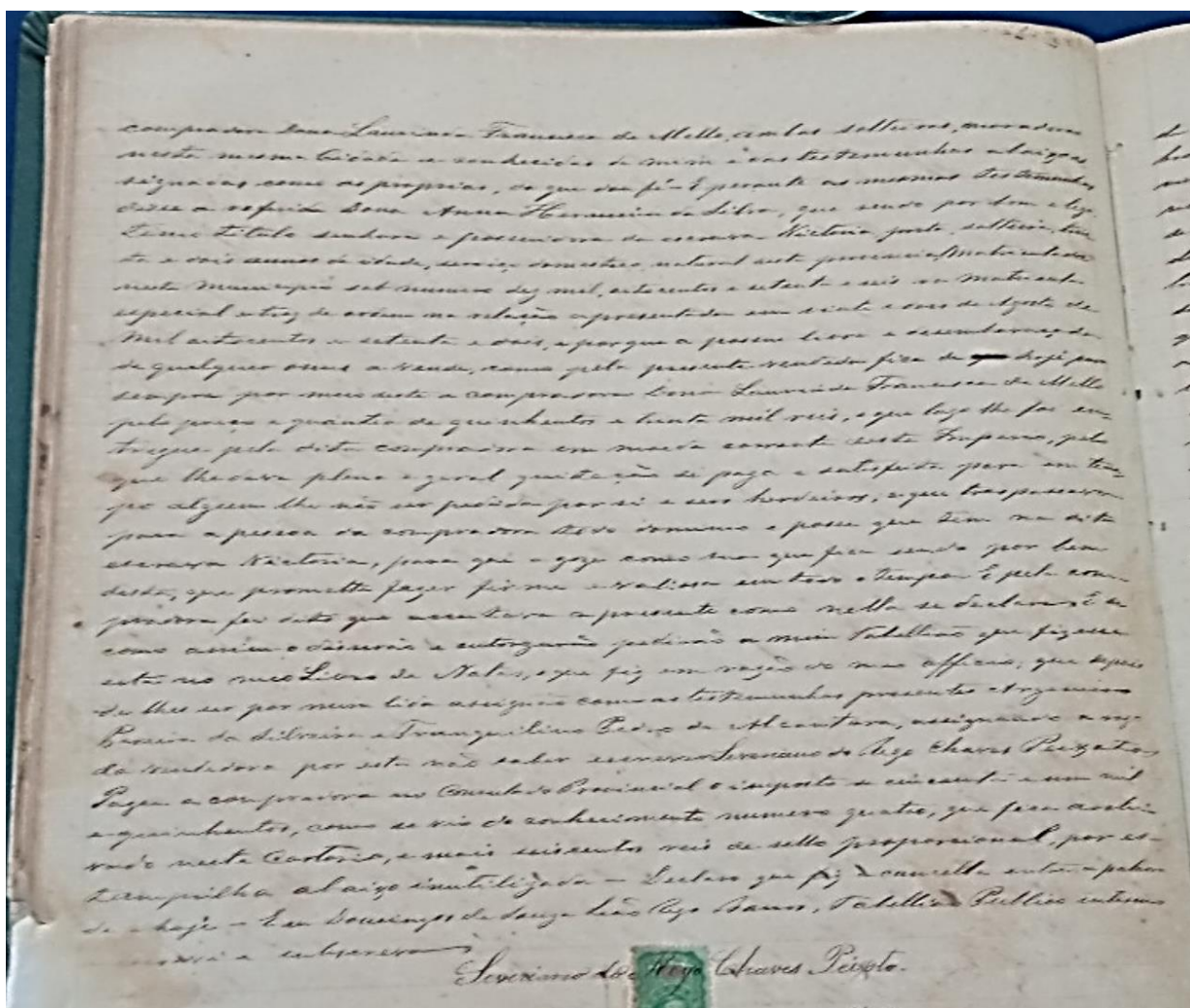
do tráfico negreiro tinham de fazer suas escriturações nos cartórios de suas cidades. Os escravizados eram tratados como meios para o fim de conseguir riquezas sem a contrapartida de pagamento do trabalho.

A seguir uma folha de registros de um livro de escrituração para exemplificação de como se dava o processo de um registro contábil de um comprador de escravos.

Figura 11: Registro contábil de compra de escravos



Fonte: Fotografia capturada pela autora (2021) – Livro cartorial (1872, p.1)



Fonte: Fotografia capturada pela autora (2021) – Livro cartorial (1872, p. 2 - continuação)

Neste registro é apresentado uma escrituração de um escravizado. Nele existem as características físicas do escravizado e os valores de compra, no registro consta “Vende-se uma preta...”. Todo registro de escrituração de escravizados, a depender do escravo – sendo homem ou mulher ou criança, cada um tinha um valor. Se tivesse alguma deficiência física, possivelmente o valor era menor -, valia um determinado valor. Neste registro da figura 10, o valor do escravizado era de mil oitocentos e setenta e um reis (moeda da época), cuja data de transação foi realizada três de julho de 1872.

Como afirma Ívina Peixoto “os envolvidos nos processos de inventários preocupavam-se mais com o preenchimento de outros requisitos importantes para a atribuição do preço dos cativos: nome, sexo, idade, procedência, condição física apresentada pelos descritos...” (PEIXOTO, 2005, pg. 146). Ou seja, esses aspectos

eram importantes para realização dos registros contábeis (inventário) na contabilidade contemporânea, data, descrição detalhada e valor de transação, demonstrando o processo de objetificação.

A seguir o livro de escrituração contábil de um importante general que foi também um senhor de escravos, Bento da Gama:



Fonte: Fotografia capturada pela autora (2021) - Livro contábil (IAHGP, 1789)

Nesse registro de entrada dos escravizados estão registrados o nome, os valores e a datação. As escriturações seguem sempre as mesmas lógicas de registro de características, dos valores e da datação dos ocorridos (figura 11), como bem

demonstrado na pesquisa de Peixoto (2005) indicando o lançamento contábil da época, o equivalente ao livro diário contemporâneo.

A seguir, de forma mais completa, uma demonstração contábil do senhor de escravos e general Bento da Gama:

Figura 13: Demonstração Contábil de Bento da Gama

Item	Value 1	Value 2
1. Chapão fino	3000	
5. P. de brancas largas finas	500	30000
1. 1.º de Cana de flor		19000
1. 1.º de Cana de flor		12000
1. 1.º de Cana de flor		10000
1. 1.º de Cana de flor	550	260625
1. 1.º de Cana de flor	500	12000
1. 1.º de Cana de flor	500	12000
1. 1.º de Cana de flor	500	20125
1. 1.º de Cana de flor	500	9000
5. 1.º de Cana de flor	1050	5000
4. 1.º de Cana de flor	1020	7000
4. 1.º de Cana de flor	240	3000
23. Cana de flor	250	1000
2. 1.º de Cana de flor	200	5000
1. 1.º de Cana de flor	180	2000
4. 1.º de Cana de flor	220	8000
2. 1.º de Cana de flor	200	2000
1. 1.º de Cana de flor		2000

Fonte: Fotografia capturada pela autora (2021) - Livro contábil (IAHGP, 1789, fl. 82)

Na demonstração contábil, se identificava os escravizados, da mesma forma que as dívidas contraídas por outros nobres da época (Figura 12), e a discriminação das despesas decorrentes (à esquerda as despesas e à direita os valores do que era devido).

Como bem disse a autora Adriana, “A redução do ser humano à condição de objeto ou animal era evidente nas avaliações e inventários” (SILVA, 2014, p.7). É perceptível pela composição e distribuição das necessidades humanas dos escravizados serem tratados como meras despesas de mercadoria. Essa distribuição nas demonstrações dos escravizados como mercadoria, nos inventários dos compradores, caracterizam essa desumanização dos escravos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo examinar os registros contábeis no período da escravidão no Brasil (1535-1888), explorando-se de modo substancial a escrituração contábil ou seu correspondente, como livros cartoriais desse período.

A partir do exame da contabilidade feita pelos compradores e senhores de escravos, demonstrando como os escravizados estavam sendo retratados como ativos “investimento” de seus senhores, como estoques.

Na análise do período de tráfico negreiro, observam-se os registros de viagens, os registros descritivos dos escravizados, os controles de venda, dos custos e compra dos escravizados, o banco de dados online Slave Voyages foi uma importante fonte de dados. Também houve coleta em livros cartográficos na IAHGP, observando-se as transações dos escravizados.

A partir da semelhança com os registros contábeis atuais, com os dados como data, valor e descrição detalhada conclui-se que de fato os escravizados eram tratados como mercadoria, eram subhumanizados, e a contabilidade como ciência retratou essa visão socioeconômica do contexto do regime escravista. Desta maneira, a contabilização de seres humanos foi uma forma de esvaziar-lhes a humanidade, realizando os seus registros contábeis dos escravizados como se objetos fossem.

A presente pesquisa não esgota o assunto da contabilidade no período da escravidão. E visto que há poucos materiais sobre o assunto, há o incentivo para novas produções. Este é um tema amplo que precisa de mais contributos. Uma sugestão futura de pesquisa seria uma análise das leis que possibilitaram que os africanos escravizados fossem tratados como mercadoria nas demonstrações contábeis.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cíntia; CARNEIRO JUNIOR, Erivaldo (2020). A Bibliometric Analysis of the Intellectual Structure of Studies on Slavery in the 21st Century. **International Journal of Professional Business Review (JPBReview)**, v.5 n. 1, p. 105-127. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26668/businessreview/2020.v5i1.175>.

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante; PINHO, Joaquim Carlos da Costa; RODRIGUES, Lúcia Lima; MACHADO, Diego de Queiroz. Ações do conselho federal de contabilidade no desenvolvimento da contabilidade brasileira. **Revista Contabilidade e Controladoria** Curitiba, PR, Brasil, , v. 5, n. 2, p. 134-151, 2013.

DJANGO LIVRE. **Direção de Quentin Tarantino**. Estados Unidos: 2012.

CURADO, Isabela. (2001, setembro). Pesquisa historiográfica em administração: uma proposta metodológica. **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. Campinas, SP, Brasil, 25.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Laurentino. **Escravidão Volume I**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

HARRIET. **Direção de Kasi Lemmons**. Estados Unidos: 2019.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. 1. ed. - [14a. Reimpr.] - São Paulo : Atlas, 2018.

HENRIETTA MARIE, Slavery Images: **A Visual Record of the African Slave Trade and Slave Life in the Early African Diaspora**, accessed November 11, 2021, <http://www.slaveryimages.org/s/slaveryimages/item/2615>

IBRACON. Auditoria: **Registros de uma profissão**. 2007. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detInstitucional.php?cod=2>.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. 12. ed., atual. – São Paulo : Atlas, 2021.

LEMO, Marcílio; CURADO, Bento; MACHADO, Lúcio de; **TRIBUTAÇÃO DE ESCRAVOS (PEÇAS) NA CAPITANIA E PROVÍNCIA DE GOYAZ (1727-1888)**. **RAGC**, v.8, n.37, p.54 -78/2020.

LIRA, Thais Alves. Fundo de Emancipação dos Escravos e o Uso da Contabilidade como Ferramenta para a Governamentalidade e Ação à Distância. **[Anais...]** XV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo, 2018.

MALHEIROS, AMP.: **A escravidão no Brasil** :ensaio histórico-jurídico-social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1866, vol.1. 230 p. ISBN: 978-85-7982-072-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>

MARTINS, Maria de Fatima Oliveira. UM PASSEIO NA CONTABILIDADE, DA PRÉ-HISTÓRIA AO NOVO MILÊNIO. **Adcontar**, Belém, v. 2, nº 1, p. 7-10, 2001.

MEDEIROS, Kamila Vargas; HARTMANN, Vando Knob; DRUZIAN, Bruno Siqueira; DALONGARO, Roberto Carlos. A evolução da profissão contábil. **EmitCult**, v. 2, 2016.

MONTEIRO, Jacira Pontinta Vaz. **O estigma da cor**: como o racismo fere os dois grandes mandamentos de Cristo. São Paulo: Editora Quitanda, 2021.

ONU NEWS, **ONU marca Dia Internacional em Memória do Tráfico de Escravos e sua Abolição** BR. Disponível: <https://news.un.org/pt/story/2020/08/1723872>

ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS, paper OTOC. **Aspetos contabilísticos relacionados ao regime da escravidão brasileira: uma análise na propriedade rural (séc. xix)**.

RAMOS, Adauto. **Escrituras e Registros II**. João Pessoa: Sal da Terra, 2013.

REIS, Alinde de Jesus; SILVA, Selma Leal. A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE NO BRASIL. **Periódico Científico Negócios em Projeção**, v.6, 2015.

Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano Número 61. **Companhia Editora de Pernambuco**. Recife, julho de 2005. Editores: Luzila Gonçalves Ferreira; Marcos Galindo.

RIBEIRO, Alexandre V. A contabilidade do tráfico de escravos: o caixa do rei Kosoko de Onim. **Anais do XV encontro regional de história da ANPUH-Rio**, 2012.

RODRIGUES, Lúcia Lima; MACHADO, Diego de Queiroz. Ações do conselho federal de contabilidade no desenvolvimento da contabilidade brasileira. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, PR, Brasil, 2013.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Süsskind. O método de pesquisa histórica na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, 14(4), 575-584, 2005.

PEIXOTO, Ívina Luciana de Moraes. Inventários: As famílias de cativos do sertão. Considerações sobre Pernambuco (1850-1879). Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano Número 61. **Companhia Editora de Pernambuco**. Recife, julho de 2005.

PIERANTI, Octavio Penna. A metodologia historiográfica na pesquisa em administração: uma discussão acerca de princípios e de sua aplicabilidade no Brasil

contemporâneo. **Cadernos EBAPE.br**, v. VI, n. 5, 2008.

SLAVE VOYAGES. **Dados do tráfico dos escravos**. Disponível em:
<https://slavevoyages.org/voyage/database#statistics>

SLAVE VOYAGES .**Navios Negreiros** [1850]. Disponível em:
<https://slavevoyages.org/resources/images/category/Vessels/>

SAYED, Samir. Slavery Discourse in Brazil: the case of Banco do Brasil (1885-1902). **Prospectus – Perspectivas Qualitativas em Contabilidade e Organizações**. João Pessoa. v. 1, n. 1, p. 1 – 18, 2021.

SANTOS, José Luiz dos; SMITH, Paulo; MACHADO, Nielson Perinazzo. **Fundamentos da Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

SILVA, Adriana Rodrigues. A Prática da Contabilidade ao Serviço da Escravatura no Brasil: Uma Análise Bibliográfica e Documental. **Rev. contab. finanç. [online]**. 2014, vol.25, n.spe [cited 2021-02-23], pp.346-354. Available from:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772014000500346&lng=en&nrm=iso. ISSN 1808-057X.
<http://dx.doi.org/10.1590/1808-057x201411060>.

SILVA, Adriana Rodrigues. Prática da Contabilidade na Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Assalariado no Brasil 1850-1888. **[Anais...] XXXVI Encontro da ANPAD**, 2012.

SILVA, Bruna Gabriela Godinho da; MERCIAL, Drielly Sarggin. evolução da contabilidade nos processos históricos do brasil e do mundo. **Instituto de ensino superior de londrina**, 2019.

SILVA, Maurício; ASSIS, Francisco Avelino de. A história da contabilidade no brasil. **Periódico Científico Negócios em Projeção**, v.6, n.2, 2015.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TRIPODI, Tony; FELLIN, P. & MEYER, H. **Análise da Pesquisa Social**. Rio de Janeiro, Francisco Alves Ed., 1975.